

A CLÍNICA NA INSTITUIÇÃO PM

Ana Maria Fabrino Favato

Capitão Psicóloga da PMMG

Abordar aspectos da clínica numa instituição traz sempre questões e indagações sobre sua eficácia e possibilidade. Perguntas próprias de uma prática a ser construída sempre permearão o trabalho da Psicologia, ainda mais quando não se está em consultório particular.

Na instituição, no mínimo, dois campos se descortinam, trazendo cada um em seu bojo todo tipo de demônios. São dois campos interrelacionados que existem lado a lado, com discursos próprios e que formam um contraponto necessário para evitar que cada um se feche sobre si mesmo. Um desses campos - e eu não conseguiria dizer qual se estabelece primeiro, já que ambos, a meu ver, se constituem simultaneamente - é o campo da clínica do um a um. Digamos que para este teríamos um certo manejo e um certo saber, mesmo reconhecendo o quão difícil ele é. O outro é o campo coletivo, ou seja, o campo da instituição propriamente dito, e aí estamos integralmente sem rumo, sem um timoneiro que nos guie, pelo menos a princípio, até que a própria referência da clínica nos oriente.

Não podemos nos furtar, tanto na clínica particular como na clínica institucional, de unir a nosso horizonte as transformações de nossa época e de acompanhar as mudanças nas formas de constituição do sujeito. No caso da clínica institucional, cabe-nos, ainda, ficarmos atentos ao tipo de laço social estabelecido dentro da instituição, à cultura organizacional e à maneira como essa cultura incide sobre o sujeito institucionalizado.

Na sociedade de hoje, esta da democracia moderna, da tecnologia avançada, do capitalismo selvagem, da globalização perversa, do liberalismo econômico e sexual, que sujeito se nos apresenta?

Temos um sujeito impaciente, que quer respostas imediatas, que tem infinitas possibilidades de escolha, que reivindica liberdade sexual, que consome vorazmente tudo que pode ser objeto de felicidade, que quer ter à mão tantos quantos forem os canais de TV a cabo e o acesso ilimitado na Internet, que está à espera das inovações tecnológicas, que busca prazer sem nenhum referencial que regule seus impulsos e que vai à forra, na tentativa de recuperar o que perdeu, posto que deseja ter cada vez mais, que deseja sempre acumular, acumular e acumular. Saber que sujeito é esse é extremamente importante para a clínica particular, já que é sob os efeitos nefastos desse tipo de imposição e política que a pessoa vai construindo seus sintomas na tentativa de responder ao que é demandado pela sociedade.

E no caso da instituição, especialmente a Polícia Militar, o que é que ela exige de seus integrantes? Qual a sua política? Que sujeito é o sujeito militar?

Para chegar a essas respostas, a primeira coisa a se pensar, a meu ver, é sobre a especificidade da instituição pública. Como diferenciar suas diretrizes e seu produto dos de uma empresa privada? Sabemos que há diferenças.

Os empresários são motivados pela busca do lucro; os homens públicos se orientam pelo desejo de reconhecimento ou de serem eleitos. As empresas recebem dos clientes, consumidores de seu produto, a maior parte dos seus recursos; as estatais são custeadas pelos contribuintes. As empresas normalmente trabalham em regime de competição; os governos usam habitualmente o sistema de monopólio e aqui podemos

compreender o porquê da PM tomar para si muito do que poderia ser da alçada de outros setores. “Governo não gosta de concorrência”, diz uma frase estampada em uma camiseta.

Essas diferenças recaem no que de mais significativo encontramos no seio das instituições públicas e que funcionam como um agulhão: elas não buscam o lucro, o acúmulo de capital em moeda, e, sim, o *capital social*, ou seja, aquilo que a torna confiável perante a sociedade. O *capital social* não depende das normas da atividade econômica, depende da cultura da instituição, da tradição herdada de seus ancestrais, de suas doutrinas, ética e costumes. Uma greve no setor automobilístico, por exemplo, incidirá diretamente no bolso do empresário. Uma greve no setor público, por outro lado, recairá na *performance* da instituição, colocando à prova sua confiabilidade e eficiência. Não foi isso o que aconteceu na greve da PM deflagrada em 97? Ela feriu o que possui valor máximo para a Polícia Militar, sua hierarquia, seus valores e tradições.

Não é em vão que a PM busca primar, a todo custo, por suas tradições. O produto a ser lançado na sociedade pela PM deve ser um policial íntegro, ilibado, que dignifique a corporação e que atenda bem a comunidade. A farda representa todo esse capital cultural e esta não deve ser jamais maculada.

Por conseguinte, essa imposição, que é fonte de prazer para o militar, também é motivo de sofrimento. O empresário torna-se escravo do lucro e do mercado de capitais e a PM escrava de suas doutrinas. A farda torna-se às vezes um fardo difícil de carregar. Quantos de nós já não ouvimos em nossa clínica, na PM, a fala de policiais dizendo não estarem conseguindo, em determinado momento, vestirem suas fardas? Ou de se queixarem por estarem totalmente submetidos às doutrinas militares? O amor, seja à farda ou à Polícia Militar, está, inevitavelmente, acompanhado de idealizações e como todo ideal é inconsistente e ilusório, cedo ou tarde ele se desfaz.

A concepção que cada policial-militar terá de sua Polícia, dependerá da especificidade da unidade em que estará lotado. A Academia de Polícia Militar, por exemplo, por ser o lugar de formação do cadete, tem um modo bem próprio de exercer a atividade de polícia. Sendo uma unidade Escola, os cadetes recebem treinamento operacional, mas com cunho eminentemente militar. Civis e policiais de unidades operacionais e administrativas são recrutados em todo o estado de Minas Gerais e em outros estados da federação e cada um traz sua bagagem e seu conhecimento sobre o modo de “ser e de fazer” polícia.

Retrato agora a experiência de atendimento realizada na Academia de Polícia Militar (APM). Um militar que, à época, estava no 2º ano do CFO procurou atendimento. Veio espontaneamente dizendo estar desmotivado com o curso e decepcionado com a Polícia. Relata gostar muito da profissão, mas apenas de seu lado policial e não do militar. Percebe os avanços e transformações por que passa a PM, mas tem medo de se tornar um coronel retrógrado, que vive apenas de experiências do passado e que só consegue dizer as verdades ou tomar atitudes inovadoras quando está na reserva.

Esse cadete se diz assustado ao ver colegas e oficiais inteiramente submissos a idéias e doutrinas que um dia recusaram e, em sua fala, revela o receio de que seja pego na mesma armadilha, ou seja, que perca a capacidade crítica, que passe “por uma lavagem cerebral” e comece a pensar como todos os outros, que fique preso, única e exclusivamente, ao regulamento disciplinar e que não consiga se realizar. Ele antevê o mecanismo de dominação cega e vive, portanto, um conflito interno em sua recusa aos aspectos doutrinários da PM.

Nem sempre são esses os motivos de demanda para atendimento na clínica psicológica, todavia, trouxe esse exemplo para apresentar como é esse sujeito institucionalizado e o laço a que está submetido.

Diria que esse sujeito institucionalizado é submisso, identificado aos ideais institucionais, ditado pelo seu comandante, ordenado por um mestre, fascinado pelo líder. Diria, também, que dessa servidão voluntária sofre igualmente o sujeito não institucionalizado, pois todos nós vivemos sob a ordem de algum

imperativo, ou que nos faz comprar sem nem mesmo precisar, amar mesmo sem querer, ouvir sem perceber, olhar sem resistir.

Na formação dos grupos artificiais como, por exemplo, os dos militares e dos religiosos, posto que é necessário força extrema para manter a união de seus integrantes, o líder representa aquele que centraliza as idéias, os desejos e as vontades de todos.

A primeira coisa que pensamos de alguém que entra para a PM ou para a Igreja é que escolheu uma profissão em que se entregará de corpo e alma e que fatalmente irá sofrer. O sofrimento estaria na forma mediante a qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil, voluntariamente ou não, para fugir do desamparo. Freud ressalta que o laço emocional nesses grupos é tão intenso que provoca alterações e limitações na personalidade de seus integrantes. Será necessário controle máximo, uma ordem ou mandamento para evitar alterações em sua estrutura e qualquer tentativa de desarticulação ou abandono terá como efeito punições e perseguições. Não é exatamente sobre essa servidão e alienação ao outro de que nos fala o cadete? O que, então, a clínica poderá fazer se essa condição é inevitável? Se ela é inevitável na PM e é também na estrutura humana.

Penso que não adiantaria ficarmos condoídos pela condição do militar, primeiro porque tal qual ele, estamos submetidos às mesmas imposições e, segundo, porque não estaríamos ajudando em seu atendimento. Ao adotarmos atitudes rancorosas ou de críticas à PM em favor do militar, e vice-versa, estaremos atribuindo conceitos morais, apontando falhas e ocupando um lugar de saber sobre o que está certo ou errado e, além disso, estaremos impedindo que cada um faça seu questionamento acerca de sua submissão ao outro, seja ele um colega, um professor, um namorado ou a instituição.

No caso apresentado acima, por exemplo, a condução das entrevistas, que foram apenas duas, foi no sentido de questioná-lo sobre sua dependência da fala de superiores, sua submissão ao que faziam, sua sujeição à postura de colegas sem descanso e, principalmente, sobre a certeza de sua própria servidão no futuro.

O que o fazia pensar que ele estaria, fatalmente, condenado à alienação à doutrina militar? Essa foi, basicamente, a pergunta feita durante as entrevistas. Por mais que saibamos o quanto a PM facilita essa entrega, também acreditamos que algo particular da pessoa a faz acreditar nessa previsão. Mesmo que não se saiba a resposta de imediato, a pergunta pode lançá-lo a outros questionamentos e situações.

De qualquer forma, o cadete retrata, com clareza, aspectos da vida institucional, especialmente a da APM. Nos fenômenos de grupo ou em instituições, quaisquer que sejam, há uma operação de enlaçamento de todos a uma política de cumplicidade, de corporativismo, de “espírito de corpo”, com o envolvimento da pessoa numa engrenagem própria do funcionamento das massas. Essa cumplicidade torna-se um alívio para o conflito neurótico, porque não se está sozinho nessa operação. “Faz parte da vida militar” é a frase dita por muitos policiais ao se reportarem às formas de tratamento e relações conflituosas entre superiores e subordinados.

Alguns podem se angustiar e procurar atendimento psicológico para fugir desse conflito. É um problema do qual nós, psicólogos, não estamos isentos, podendo ocorrer, de nossa parte, uma certa parceria inconsciente nessa montagem grupal que é problemática por natureza. Precisamos estar dentro e fora para podermos assessorar com imparcialidade.

Somos convocados a dar pareceres, solicitados em atividades da Unidade, chamados para as reuniões semanais etc. O vínculo extraído desse procedimento é fundamental para a conservação e preservação dos preceitos institucionais. Cabe a nós ficarmos atentos aos laços estabelecidos e atuar de forma a não sermos totalmente absorvidos, o que não significa que devemos adotar atitudes de depreciação.

Se somos convocados a falar e autorizados a dizer, que o façamos com cuidado. Esse é também o procedimento na clínica do um a um.

Muitas vezes ficamos angustiados pelo que nosso paciente traz, ou seja, tomamos para nós o sofrimento que deveria estar com ele. Assim aliviamos a angústia de quem nos procura. Todavia, ficamos com uma batata quente nas mãos e com a responsabilidade de resolver o padecimento do outro. A instituição ocupa o lugar desse paciente que bate à nossa porta, e nós podemos nos angustiar ou não com problemas que ela causa. Melhor será que ela própria se responsabilize pelo que provoca e que assuma sua culpa. Nós é que não podemos absorver esse encargo.

Gostaria de abordar, agora, um outro aspecto da clínica institucional que muito me faz pensar - os atendimentos em número pequeno de sessões.

O atendimento psicológico, independente do tempo que tenha para realizá-lo, pois sabemos que em instituições acontece em três, duas ou até uma sessão, deve buscar os motivos que levam a pessoa a dirigir sua fala ao psicólogo. Toda demanda deve ser acolhida e trabalhada a cada sessão, mesmo que seja única. Vários fatores, que podem ser institucionais ou pessoais, podem contribuir para o enxugamento do número de sessões, mas é na clínica institucional que penso haver uma redução ainda maior.

A clínica exercida na Academia não traz a marca da “urgência”, ou seja, da urgência psiquiátrica ou subjetiva, em que o sujeito está prestes a uma passagem ao ato. No entanto, algo deve ser feito como maior habilidade e agilidade se sabemos que não teremos um número dilatado de entrevistas preliminares para a configuração do diagnóstico e condução do tratamento.

Uma única sessão pode bastar para questionar o sujeito sobre sua posição diante daquilo que o determina. Se cada sessão funciona como um processo de análise com início, meio e fim, que seja em um único encontro a possibilidade de que isso aconteça. Não podemos, por outro lado, nos precipitar demais e impedir toda e qualquer interpretação dada pelo próprio sujeito sobre seu sintoma. Se damos respostas e interpretações de cara, podemos impossibilitar o retorno da pessoa ao consultório.

Esse manejo é difícil, ainda mais quando o paciente nos pede insistentemente uma solução para sua angústia e traz um desejo urgente de se ver livre do sintoma. Ele pode encontrar respostas para as quais ainda não está preparado, seja por conta própria, seja pela precipitação do psicólogo.

Fracassos e insucessos ocorrem em qualquer clínica, mas, às vezes, o que especifica a clínica dentro de uma instituição é a interferência de uma série de fatores que nos fazem pensar na impossibilidade da condução dos tratamentos. Outros parâmetros, além dos da clínica particular, serão a referência para a clínica institucional.

O próprio lugar de proteção ou socorro a que a clínica de psicologia está atrelada, com o significativo “assistência” fazendo parte de sua denominação, é um entrave. A cobertura assistencial tomada como garantia de abrigo, de auxílio, de ajuda, alimenta a possibilidade de acolhimento ideal e fantasioso. Temos aí a assistência gratuita oferecendo vantagens à manutenção do sintoma.

É realmente responsabilidade do Estado oferecer condições de assistência à saúde a seus servidores, mas isso implica que a instituição e o psicólogo, por consequência, ocupem o lugar idealizado de “**Pai e Mãe de Muita Gente**”, o que desobrigará a pessoa assistida a considerar-se responsável por ações que lhe são próprias e a fará esperar do psicólogo uma conduta que a inocente.

REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. **Perversão - Laço Social?** Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

COUREL, Raúl. **Psicoanálisis en el campo del goce.** Buenos Aires: Manancial, 1994

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise de eu. **ESB.** Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1976.

GOLDENBERG, Ricardo (Org.) **Goza! Capitalismo, globalização, psicanálise.** Salvador: Ágalma, 1997.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo.** Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: Comunicação, 1997.

